

Mercado de Trabalho

conjuntura e análise

ANO 23 | OUTUBRO 2017



63

MINISTÉRIO DO
TRABALHO



Mercado de Trabalho

conjuntura e análise

ANO 23 | OUTUBRO 2017



63

MINISTÉRIO DO
TRABALHO

ipea

Governo Federal
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Ministro Dyogo Henrique de Oliveira

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Ernesto Lozardo

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Rogério Boueri Miranda

**Diretor de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação
e Infraestrutura, Interino**

Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas
Internacionais**

Sergio Augusto de Abreu e Lima Florencio Sobrinho

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Regina Alvarez

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Mercado de Trabalho: conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável

Carlos Henrique Leite Corseuil

Membros

André Gambier Campos

Katcha Poloponsky

Lauro Ramos

Sandro Pereira Silva

Sandro Sacchet de Carvalho

Equipe de Apoio

Luciana Moura Martins Costa

Leandro Pereira da Rocha

Leon Faceira Tomelin

Luiz Sylvio Hermida Alcantara de Almeida Baptista

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2017

Mercado de trabalho : conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. – v.1, n.0, (mar.1996)- .- Brasília: Ipea; Ministério do Trabalho, 1996-

Irregular (de 1996-2008); Trimestral (de 2009-2012); Semestral (a partir de 2013).

Título da capa: Boletim Mercado de Trabalho (BMT)
ISSN 1676-0883

1. Mercado de Trabalho. 2. Estatísticas do Trabalho. 3. Brasil. 4. Periódicos.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. II. Brasil. Ministério do Trabalho.

CDD 331.1205

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO	11
NOTAS TÉCNICAS	25
O TRABALHO AGRÍCOLA NO <i>BOOM</i> DO AGRONEGÓCIO E NA EXPANSÃO DAS POLÍTICAS PARA A PEQUENA AGRICULTURA Fernando Gaiger Silveira	27
COMO AS CONDIÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO INFLUENCIAM AS TRANSIÇÕES DO DESEMPREGO PARA O EMPREGO? Maurício Cortez Reis	39
FGTS E FUNDOS INDIVIDUAIS DE SEGURO-DESEMPREGO: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PAÍSES E EFEITOS NO MERCADO DE TRABALHO Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa Miguel Nathan Foguel Charlotte Bilo	47
POLÍTICA EM FOCO	63
CONFLITOS LABORAIS NO BRASIL: A JUSTIÇA DO TRABALHO E AS ALTERNATIVAS DE RESOLUÇÃO André Gambier Campos	65
UMA VISÃO GERAL SOBRE A REFORMA TRABALHISTA Sandro Sacchet de Carvalho	81
A REFORMA TRABALHISTA E O TRABALHO NO CAMPO Alexandre Valadares Marcelo Galiza Tiago Oliveira	95
ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	107
INTRODUÇÃO	109
A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PPA 2012-2015 Sandro Pereira Silva	111
A AVALIAÇÃO DO PRONINC 2017: METODOLOGIA E RESULTADOS Camille Perissé Felipe Addor Ícaro de Souza Melo Layssa Maia Rosina Perez Thaís Oliveira	129
TECNOLOGIAS SOCIAIS E ECONOMIA SOLIDÁRIA: PROJETOS CERTIFICADOS PELA FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL Graziela Ferrero Zucoloto Larissa de Souza Pereira	141
EM BUSCA DE AVANÇOS TEÓRICOS ACERCA DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA: A CONTRIBUIÇÃO DO CIRIEC-BRASIL Daniel Francisco Nagao Menezes Leandro Pereira Morais	157

O *Boletim Mercado de trabalho: conjuntura e análise* (BMT) busca apresentar um panorama tanto da conjuntura do mercado de trabalho brasileiro quanto do debate em tornos das políticas que afetam esse mercado. A análise conjuntural deste número 63 do BMT foca o primeiro semestre de 2017.¹ Os dados do mercado de trabalho brasileiro para o segundo trimestre mostram alguns sinais condizentes com um eventual início de um processo de recuperação. O destaque positivo nesse segundo trimestre de 2017 fica por conta da diminuição na taxa de desemprego como consequência de um aumento no nível de ocupação. Apesar do ambiente macroeconômico apontando para uma retomada do nível de atividade, parece-nos ainda prematuro falar em tendência de queda para a taxa de desemprego, visto que o aumento no nível de ocupação foi concentrado em postos informais.

Além do texto de análise conjuntural e do anexo estatístico, que traz recortes mais detalhados das informações que fundamentam essa análise, integram também este volume as tradicionais seções *Notas técnicas*, *Política em foco* e *Economia solidária e políticas públicas*.

A seção *Política em foco* traz três textos. No primeiro deles, *Conflitos laborais no Brasil: a justiça do trabalho e as alternativas de resolução*, André Gambier Campos analisa a questão dos conflitos laborais no Brasil com foco na atuação da justiça do trabalho (JT). O autor conclui que “mesmo com todo o esforço de seus magistrados e servidores, a JT demonstra dificuldades para apresentar soluções razoáveis para os conflitos laborais”. Isso motiva uma discussão de possíveis alternativas de resolução para esses conflitos, em que se destacam alternativas que contem com uma participação mais ativa de atores coletivos, como as organizações de representação de trabalhadores.

Os outros dois textos da seção *Política em foco* trazem considerações a respeito de questões não muito exploradas da reforma trabalhista já aprovada no Congresso e com vigência a partir de novembro. No texto intitulado *Uma visão geral sobre a reforma trabalhista*, Sandro Sacchet de Carvalho externa preocupações com uma possível ampliação da desigualdade nas condições de trabalho com a reforma. Esse quadro seria derivado de uma eventual perda do poder de barganha dos trabalhadores, visto que, por um lado, há vários elementos na reforma que ampliam a discricionariedade do empregador sobre os contratos individuais e coletivos, e, por outro, não houve medidas que buscassem o fortalecimento da representação dos trabalhadores na negociação. O último texto dessa seção é de autoria de Alexandre Valadares, Marcelo Galiza e Tiago Oliveira. O trabalho,

1. Nossa análise de conjuntura do mercado de trabalho traz elementos também levantados na seção de mercado de trabalho do número 36 da *Carta de Conjuntura* do Ipea. Apesar de uma convergência de interpretações, acreditamos que as publicações atingem públicos distintos, razão pela qual duas análises de conjuntura do mercado de trabalho são publicadas pelo Ipea.

intitulado *A reforma trabalhista e o trabalho no campo*, argumenta que, muito embora a reforma trabalhista não tenha como alvo prioritário as relações de trabalho estabelecidas no campo, seus impactos sobre este segmento do mercado de trabalho brasileiro não podem ser menosprezados. Os possíveis impactos analisados foram agrupados em torno de três grupos temáticos: *i)* terceirização; *ii)* jornada de trabalho; e *iii)* novas formas de contratação. Os autores externam a preocupação de que tais mudanças, articuladas entre si, podem vir a disseminar, pelo meio rural, relações de trabalho mais precárias, caracterizadas por jornadas de trabalho mais extensas e período de descanso mais curtos; salários mais baixos; e direitos trabalhistas rebaixados, caso seja confirmada uma maior abrangência da terceirização e das novas formas de contratação, especialmente o contrato de trabalho intermitente.

A seção *Notas técnicas* também é composta por três textos. No texto intitulado *O trabalho agrícola no boom do agronegócio e na expansão das políticas para a pequena agricultura*, Fernando Gaiger Silveira apresenta os principais dados sobre o pessoal ocupado na agricultura no período 2004-2016, com base nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnads) e nas Pnads Contínuas, identificando as principais alterações e seus perfis regionais e pelas características do trabalho e do trabalhador. Apontam-se, como resultado da análise, situações que devem ser foco de políticas públicas, como a queda expressiva da taxa de atividade no meio rural, o crescimento da participação dos jovens que não trabalham e não estudam nos domicílios agrícola e rurais, a redução da ocupação da pequena propriedade e o aumento da idade média da população ocupada, fatos que, conjuntamente, colocam na pauta o problema, já várias vezes apontado, da “transferência” geracional da “administração” dos estabelecimentos agrícolas. No segundo texto, intitulado *Como as condições do mercado de trabalho influenciam as transições do desemprego para o emprego?*, Mauricio Cortez Reis tem como objetivo investigar a influência das condições do mercado de trabalho sobre a probabilidade de um indivíduo transitar do desemprego para o emprego com base nas informações da Pnad Contínua. Os resultados estimados indicam que uma situação pior do mercado de trabalho está associada a uma probabilidade mais baixa de transição do desemprego para o emprego. Ou seja, a redução na demanda por trabalho provocada por uma conjuntura recessiva parece mais do que compensar um possível aumento na propensão dos trabalhadores desempregados a aceitarem ofertas de emprego menos atrativas nos períodos de crise, ofertas que não aceitariam com uma conjuntura mais favorável.

Por fim, a última nota técnica, de autoria de Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa, Miguel Nathan Foguel e Charlotte Bilo, que tem por título *FGTS e fundos individuais de seguro-desemprego: análise comparativa entre países e efeitos no mercado de trabalho*, tem três objetivos. O primeiro é o de analisar a estrutura atual do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) adotado no Brasil, além de apresentar um breve histórico e o arcabouço sobre o programa. O segundo objetivo é o de realizar uma análise comparativa entre o FGTS e os fundos individuais adotados em alguns países da América Latina. Pretende-se apontar as principais semelhanças entre esses programas e algumas características particulares de cada país. O último objetivo é o de apresentar os principais resultados de estudos empíricos mais recentes que avaliam o impacto da adoção desse programa em alguns indicadores do mercado de trabalho.

A seção *Economia solidária e políticas públicas* traz quatro textos que abordam diferentes temáticas de interesse. O primeiro é de autoria de Sandro Pereira Silva, intitulado *A economia solidária no PPA 2012-2015*. Neste, são utilizados os dados oficiais da Lei Orçamentária Anual (LOA) desde 2003 para avaliar o desempenho da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) em termos de execução orçamentária, com foco maior nas atividades previstas para o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015. O segundo traz o trabalho de uma equipe de pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Camille Perissé, Felipe Addor, Ícaro de Souza Melo, Layssa Maia, Rosina Perez e Thaís Oliveira. O título é *A avaliação do Proninc 2017: metodologia e resultados*. Aqui os autores debatem os dados de uma recente avaliação do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), uma ação de política pública do governo federal na área de economia solidária que busca apoiar iniciativas de fomento a grupos coletivos de trabalhadores. O terceiro texto é de autoria de Graziela Ferrero Zucoloto e Larissa de Souza Pereira, cujo título é *Tecnologias sociais e economia solidária: projetos certificados pela Fundação Banco do Brasil*. As autoras analisam a relação entre essas duas categorias – tecnologias sociais e economia solidária – a partir de informações sobre projetos apoiados pela Fundação Banco do Brasil (FBB) entre 2001 e 2017, nas diferentes regiões do país. Por fim, o quarto texto tem como título *Em busca de avanços teóricos acerca da economia social e solidária: a contribuição do Ciriéc-Brasil*, de autoria de Daniel Francisco Nagao Menezes e Leandro Pereira Moraes. Este artigo visa fazer uma apresentação concisa do processo de institucionalização do conceito de economia social e solidária no Brasil, traçando paralelos com o desenvolvimento do conceito tanto na Europa quanto na América Latina.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação
Ipea

Revisão e Editoração
Editorar Multimídia

Projeto Gráfico
Aline Cristine Torres da Silva Martins

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES – Térreo
70076-900 – Brasília – DF
Tel.: (61) 2026-5336
Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
**PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**

